

Gestão de Ambientes saudáveis por Meio das Ferramentas do Cadastro Técnico Multifinalitário e dos Grupos focais

Prof. Dr. José Fernando Arns
Ana Cristina de Castro
Cláudia Osório de Castro

82200-510- Curitiba – Pr
fernando.arns@pucpr.br
anacastro@pucpr.br
cláudia.castro@pucpr.br

RESUMO: A Gestão Habitacional vêm ao encontro de necessidades, expectativas das comunidades em geral. A gestão da sua moradia propriamente dita, mas priorizando também ações para o planejamento de um ambiente saudável para o seu entorno. O cadastro técnico multifinalitário auxilia como catalisador de dados e informações de dado espaço geográfico. Para tanto é necessário o resgate das potencialidades, vocações de uma rede de atores interdisciplinares e intersetoriais que alimentem este cadastro com informações, dados e atividades desenvolvidas, experiências em comunidades, algumas ainda enraizadas em culturas paternalistas e assistencialistas. A Gestão habitacional e ambiental podem interagir com tecnologias apropriadas transformando ambientes até então degradados em ambientes reorientados a educação formal e informal apoiando programas já existentes e incentivando novos projetos que atendam as necessidades e interesses da comunidade local.

Palavras-chaves: Planejamento e Gestão Participativa, Gestão Habitacional, sustentabilidade dos processos.

ABSTRACT: The Habitacional Management comes to the meeting of necessities, expectations of the communities in general. The management of its housing properly said, but also prioritizing action for the planning of a healthful environment for its entorno. I register in cadastre it multifinalitário technician assists as catalisador of data and information of data geographic space. For in such a way the rescue of the potentialities is necessary, vocations of a net of actors interdisciplinares and intersectoriais that feed this I register in cadastre with information, data and developed activities, experiences in communities, some still taken root in paternalistas and assistencialistas cultures. The habitacional and ambient Management can interact with appropriate technologies transformed surrounding until then degraded into reoriented environments the formal and informal education supporting existing programs already and stimulating new projects that take care of to the necessities and interests of the local community.

Keywords: Planning and Participative Management, Habitacional Management, sustainability of the processes.

1. Gestão Urbana

Segundo dados do Governo Federal (2006) 40% da população brasileira vive num espaço degradado socioeconômico, ambiental e cultural. São desafios inúmeros que os gestores urbanos e rurais se defrontam. Cerca de 35 milhões de crianças e adolescentes estão crescendo em meio físico e biológico insalubres. Pode-se perguntar o que será das futuras gerações, se não for planejado de forma descentralizada ações que gerem com a população local ações minimizadoras de impactos socioambientais. Muitas Universidades se fecham em seus mundos somente conceitos, esquecendo-se de analisar a efetiva realização de tantos relatórios. As comunidades em geral estão cansadas de serem sugadas por meio de informações, exames que não tragam ações „in loco“. Como mudar a Gestão Urbana pelo viés de visão compartilhada e sistêmica de todos os processos que estão sendo construídos para um ambiente saudável. A Gestão Participativa precisa construir processos de ações locais e regionais.

O desafio atual nacional e internacional na busca de novas formas de arranjos de governança que exijam eficiência, produtividade e focalizem em políticas públicas convergentes e realizáveis nas realidades dos nossos municípios.

Uma rede social formada por um sistema de atores interdisciplinares e intersetoriais interage analisando de que forma as particularidades de um determinado espaço geográfico suas entidades públicas e privadas aí presentes podem por meio de suas potencialidades humanas, técnicas e científicas auxiliar no desenvolvimento sustentável.

Esta rede fundamenta-se dentro do propósito à demanda da comunidade em questão nos seus espaços socioeconômicos e ambientais; para tanto, deve contar com uma equipe de atores participantes de conhecimentos e experiências variadas buscando tecnologias apropriadas, processos de aprendizagem, atividades, ações em áreas específicas de trabalho, grupos /clusters de trabalho estimula o ensino, a pesquisa-ação e a extensão.

Este sistema de atores fazendo o cadastro de suas potencialidades técnico-científicas e humanas pode planejar, manter, gerir e redimensionar um novo espaço físico-biológico e humano, resgatando por meio do planejamento da paisagem a identidade local e coletiva, conquistando com a comunidade local a qualidade de vida e a cidadania.

2. Política Habitacional

A Constituição Cidadã de 1988, Estatuto da Cidade - Art.182 e 183), como também as recomendações da Agenda 21 local, experiências da COHAPAR (Companhia de habitação do Paraná), COHAB (Companhia de Habitação de Curitiba) e Centros de ensino e pesquisa fornecem subsídios importantes na construção de ambientes saudáveis e na gestão desta. Estes ambientes construídos socioeconômicos e ambientais por meio da partilha de informação, conhecimentos entre os atores resulta na eficiência e eficácia na construção e análise da demanda da política e gestão habitacional. As diversas entidades públicas e privadas, aqui denominadas facilitadores da comunidade, devem apoiar e participar de ações e experiências que mobilizem ações que gerem o desenvolvimento da comunidade, por meio da organização, mobilização, informação e formação de gestores, e auxiliem na organização básica das ações e das atividades, entre elas o planejamento participativo local, gerenciamento das ações e formação de indicadores que corrijam, forneçam novas alternativas futuras, mediante a organização do espaço e a valoração do indivíduo.

Programas como Habitare preocupam-se com inovações tecnológicas, utilização de materiais recicláveis, projetos e avaliações pós- ocupação da habitação de interesse social, como também com a estrutura de seu entorno. A auto-construção de uma ambiente saudável é um processo que precisa ser construído com as comunidades a partir de projetos individualizados e participativos. A verdadeira escola está na pesquisa-ação destas práticas de campo e retomadas nos laboratórios e junto aos espaços públicos, escolas e universidades.

Tantos são os fóruns de reforma urbana composta por tantos atores em nível nacional e internacional. Por meio destes pode-se investir na análise de experiências, vocações e cadastrar tantas

potencialidades esquecidas no tempo, como no espaço geográfico, onde as preocupações tomaram consciência mas muitas deixarão de se tornar práticas junto as nossas comunidades.

Como retomar tão preciosidade perdida, mas não esquecida se não pelos grandes resgates históricos –geográficos. É necessário para efetiva mobilização de atores destas esferas para uma enorme possibilidade de mudanças no âmbito da política habitacional .

De outro lado temos anualmente o acréscimo das desigualdades sociais por nosso Brasil afora. A consolidação das favelas é um fato, quase e/ou impossível de ser quebrado. Mas a salubridade ambiental deve ser levada a pesquisa e a ação. Não pela razão enraizada na Constituição Cidadã de 1988 ou pelos estatutos, mas sim pela obrigatoriedade de nós pesquisadores termos o dever de oferecer uma devoluta a nossa sociedade excluída, excludente, faltosa talvez de oportunidades, mas pela dignidade humana que deve ser respeitada e oferecida a todos os cidadãos.

Quais seriam os financiamentos possíveis, os tecnologias apropriadas a serem levadas as classes em geral. Sabe-se da necessidade, das expectativas desta população, mas muito descaso se faz, por parte principalmente dos nossos governantes, representantes ditos do povo. As Universidades precisam ajudar a construir esta ponte social. Muito irá ajudar os centros de excelências para quê estes adequem também suas lacunas as necessidades e expectativas das comunidades que batem a porta.

3 Gestão de Ambientes Saudáveis

Gestão Territorial Participativa é a construção de diversos processos de ações locais e regionais. Essas ações deverão ser integradas por uma rede de trabalho formada por um sistema de atores interdisciplinares e interinstitucionais interagindo a partir das potencialidades humanas, técnicas e científicas. Deverão formar um sistema de informação e comunicação de alcance comunitário que busque a sustentabilidade nos ambientes socioeconômicos e ambientais dentro de um espaço social e territorial.

Essa atuação interdisciplinar, entre diferentes áreas do conhecimento dentro de um propósito interinstitucional (são entidades públicas e privadas, sociedade organizada), pretende atender à demanda da comunidade em questão nos seus espaços socioeconômicos e ambientais; para tanto, deve contar com uma equipe de atores participantes de conhecimentos e experiências variadas. Esta construção de vários processos de aprendizagem, atividades, ações em áreas específicas de trabalho, grupos /clusters de trabalho estimula o ensino, a pesquisa e a extensão, com ações locais e regionais nos níveis municipais, estaduais e federal. Estas ações são formadas e integradas por uma rede de trabalho composta por um sistema de atores, os quais fornecem suporte ao espaço social e territorial por meio de um sistema de informação e comunicação de alcance comunitário nos meios socioeconômicos e ambientais. Este sistema de atores fazendo o cadastro de suas potencialidades técnico-científicas e humanas pode planejar, manter, gerir e redimensionar um novo espaço físico-humano, uma nova sustentabilidade ao planejamento da paisagem, promovendo assim, a conquista da qualidade de vida, a sustentabilidade do meio e a construção da cidadania por meio de uma Gestão Participativa.

O esquema a seguir é o modelo que integra e interage o espaço social e territorial buscando interagir com os facilitadores de entidades públicas e privadas dentro da orientação do espírito do planejar participativamente e resgatando as potencialidades de cada ator presente nos diversos processos.

3.1 Descentralização Administrativa

A descentralização administrativa por meio da atuação da sociedade civil organizada formada por decisores e facilitadores locais (ambiente decisional) interagem com as instâncias regionais, estaduais, municipais e locais possibilitando a Gestão Participativa, democrática e cidadã. Isto contribui para a formação de um ambiente decisional aberto, descentralizado, conforme já proposto anteriormente. Somente com a interação e integração do sistema de atores proposto poderá ser realizada de forma eficaz a desejada transformação social e política.

Para tanto, a descentralização administrativa apóia ações da organização coordenadora com atuação interdisciplinar e interinstitucional, a qual deve planejar ações que gerem a sustentabilidade do espaço social e territorial. Para o êxito desta proposta de trabalho integrado em interação com as expectativas da comunidade envolvida, é necessário oferecer e construir a cidadania plena respaldada em políticas socioeconômicas condizentes que ofereçam e habilitem os cidadãos a participarem ativamente de ações como diz a Constituição Cidadã de 1988, capítulos da Agenda 21 e tantos outros documentos

estrangeiros. Mas, é importante não ficar apenas no discurso ou no papel e sim colocar em prática. Enfim aqui se resgatam alguns importantes ambientes políticos consagrados que precisam ser avaliados para melhorar a ação social, principalmente no que tange à Gestão Participativa das sociedades organizadas.

Esquema 01 – Modelo de Gestão de Ambientes Saudáveis integrando e interagindo atividades socioeconômicas, culturais, políticas e ambientais.



Fonte: Gestão Territorial Participativa / 2003

A organização dos diversos projetos na comunidade deve ser feita de forma linear, horizontal e não piramidal ou de organogramas, buscando conjugar programas, projetos de cooperação entre os diversos atores com os indivíduos, grupos e organizações locais com o intuito de formar gestores mirins e adultos nestas estruturas dinâmicas.

Em nível regional a integração entre as diversas políticas sociais, econômicas, ambientais com a participação da sociedade organizada (descentralização administrativa por parte do Governo) fará com este processo de desenvolvimento humano nos ambientes rurais e urbanos seja sustentável e melhor assistida pela comunidade em geral. Isto está consoante a reorganização administrativa do Estado do Paraná vigente na Lei nº 8.485/87, no que concerne à fixação de regiões administrativas na construção de processos que gerem a descentralização Administrativa.

A descentralização administrativa em nível local é possível por meio da interação e integração e formação de um sistema de atores locais, entre entidades públicas, privadas e a formação de gestores participativos nas comunidades. É necessária a união e a formação de uma rede de trabalho consciente na formação de gestores locais com o propósito de desenvolver nas comunidades por meio sistema de informação e comunicação não tecnicista, mas de alcance comunitário, a sustentabilidade do espaço social e territorial. As instâncias de ensino formal e informal integradas ao sistema de atores / facilitadores devem propor ações que gerem conhecimento e desenvolvimento local. Riggs, apud Hilhorst (1981), afirma que “sua especialidade (a do especialista) não é independente e auto-suficiente, mas apenas subsistirá se estiver intimamente coordenada com especialidades complementares de outros”. Portanto, a

existência de equipes interdisciplinares e interinstitucionais, cada qual contribuindo com sua especialidade individual e experiências técnico-científicas e humanas, é imprescindível para o êxito na construção do processo de Gestão Territorial.

3.2 Construção de processos utilizando-se do Cadastro técnico Multifinalitário

O cadastro técnico Multifinalitário, como o nome já diz, deve ser de multifinalidades, enfim é uma ferramenta facilitadora importante na construção do processo. O cadastro identifica e caracteriza os diversos grupos, a partir de cadastros quantitativos e qualitativos socioeconômicos e ambientais feitos de forma continuada, participativa e de forma gradual. São identificadas as formas de atuar e agir junto com a comunidade, como também características, peculiaridades importantes do espaço social e territorial identificáveis como história e identidades locais.

Enfatizar que o processo inicia-se a partir da visão construtivista, da subjetividade do decisor da comunidade, é dizer que se toma rumo contrário ao paternalismo, assistencialismo. Isto porque o processo proposto cria o comprometimento, a conscientização, o crescimento de todos os atores envolvidos, desde o momento de planejar conjuntamente, de saber o momento de gerar novas informações e formas de comunicar. Este entrelaçamento de ações concretas, partindo das potencialidades dos atores envolvidos, precisa acontecer para o enriquecimento e crescimento humano propondo ações de desenvolvimento local. Demo (1982), sugere que função social seria o relacionamento com a população na linha da autopromoção e da co-gestão, o que significa também capacidade de aprender dela.

Os diversos atores da rede de trabalho são ditos como receptores (*INPUT*) de conhecimento, da construção da realidade, e emissores (*OUTPUT*) de informações para a construção do conhecimento, onde a experiência é depositada na forma técnica, científica e humana junto a organização coordenadora. O cadastro permanente, de ações pequenas de acordo com as necessidades humanas em estudo, o estímulo em participar, de cooperar, dentro de um planejamento de co-responsabilidades entre os diversos atores reconhecerá estratégias no processo humano diferenciando e enriquecendo o cadastro deste processo de construção do conhecimento.

Essa participação propiciará tanto a geração de novas idéias como a aplicação ou colocação em prática dessas idéias diminuindo ou minimizando dificuldades da comunidade, aumentando o conhecimento e a participação de novos co-gestores comunitários e do ambiente decisional nestas localidades. A comunidade unida co-gestora, atora ativa no ambiente decisional, co-responsável por suas atitudes e posturas pode resultar na construção de um cidadão solidário e inovador.

A proposta do modelo de integração e interação entre vários processo, promover e encorajar a criatividade, a potencialidade, a informação e a comunicação aberta e descentralizada. Para tanto, é necessária e imprescindível a formação de um espaço de criatividade e inovação nas comunidades.

A interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e o engajamento de um sistema de atores num trabalho conjunto de interação de disciplinas do currículo escolar. Acredito que a Universidade precisa trabalhar em parceira com entidades públicas e privadas de cunho social para que juntas otimizem suas potencialidades e experiências humanas, técnicas e científicas.

3.3 Formação do Ambiente Decisional por meio dos Grupos Focais

O ambiente decisional é formado por um sistema de atores (Decisores e Facilitadores) que buscam em conjunto atender às necessidades da comunidade e encontrar alternativas de soluções a partir da visão do próprio sujeito da ação. Neste ambiente Decisional acontece continuamente entre os sistemas de atores a troca de informações e confrontações em toda a construção do processo decisório. Por sua vez, os Decisores são aqueles a quem foi formalmente ou normalmente delegado o poder de Decisão. Conforme Keeney (1992) “sua função é facilitar e apoiar o processo de tomada de decisão” p.38, como faz recomendações que devem ser isentas de seu sistema de valores.

Em consonância ao que foi analisado anteriormente, a metodologia dos grupos focais, segundo Ferraz et al (1993) “é uma técnica que se baseia na pressuposição de que a reunião de um grupo de indivíduos, que compartilham uma situação, funciona como uma estimulação recíproca, favorecendo o relato de vivências pessoais e a troca de experiências”. Os autores salientam que se trata de uma abordagem em que se incentivam a expressão espontânea e a reflexão acerca de sentimentos, valores e atitudes.

Os grupos focais são formados por rodas de conversa, onde são trabalhados os temas específicos, incentivando, analisando, verificando características, potencialidades individuais, em grupos de faixas etárias específicas. Complementam os conceitos e as propriedades do MCDA, no que diz respeito à troca continuada entre decisores e facilitadores com experiências técnicas, científicas e principalmente humanas.

Para Winterfeldt e Edwards apud Bana e Costa (1995), o decisor, os protagonistas da história são pessoas que assumem a culpa se a decisão gera um resultado desastroso. Já o facilitador, conforme Keeney (1992), é aquele que atua mais com um objetivo idealista do que na prática do apoio à decisão.

Para Debus (1988), “os grupos focais aproveitam a dinâmica de grupo e oportunizam a um grupo pequeno de participantes ser guiado por um moderador qualificado para alcançar níveis crescentes de compreensão e profundidade das questões fundamentais do tema-objeto de estudo”.

Nos grupos são buscadas as áreas de interesse pessoal intervindo de maneira a atender às necessidades coletivas das comunidades, identificando em cada grupo, áreas específicas de trabalho (*clusters* de trabalho). Na roda de conversa, as estratégias são as seguintes para facilitar a construção das diversas áreas de trabalho:

- São grupos pequenos de no máximo 20 a 25 pessoas da comunidade e um ou dois facilitadores. Nestes grupos divididos por faixas etárias condizentes, busca-se resgatar a identidade e as razões do grupo querer trabalhar em parceria.
- É feita uma análise qualitativa e quantitativa de dados, informações, formas de atuar por meio da confrontação permanente de idéias (*brainstorming*) com os diversos atores presentes. Estas idéias, confrontações, dividem-se em *clusters*, áreas de trabalho nos ambientes sociais, econômicos e ambientais de acordo com as áreas de interesse do grupo. Busca-se planejar ações que proponham metas de curta, média e longa duração, como também o cadastramento de novos atores/ facilitadores que possam, por meio da sua potencialidade, auxiliar na construção deste processo.
- A busca de alternativas de soluções propõe ações; na definição de Roy (1996): “uma ação pode ser definida como uma representação de uma eventual contribuição à decisão global suscetível, com relação ao estado de desenvolvimento do processo de decisão, de ser considerado de forma autônoma e de servir de ponto de aplicação ao apoio à decisão”. O autor complementa que as “ações podem ser reais ou fictícias e ações globais ou fragmentadas. Podem haver ações ‘inventadas’ durante o processo de apoio à decisão com a finalidade de estimular a criatividade dos decisores e gerar um melhor entendimento do contexto decisório”.

É assim que as alternativas de solução apresentadas pelos diversos grupos de atores fornecem subsídios desde o início da estruturação da teoria à ação prática até o planejamento, gerenciamento e formas de atuação propícias e reais. Identificados os problemas, como se pode chegar a tal resultado e buscar paralelamente os porquês, a importância para que o grupo possa hierarquizá-los? É uma rede de trabalho composta por um sistema de atores na busca continuada de parceiros que auxiliem, facilitem por meio de novos conhecimentos a inovação requerida que atenda à demanda da comunidade.

A roda de conversa propicia ao grupo perceber a importância do protagonista da história. Cada um deles pode ser o decisor da história, cada qual contribuindo dentro da sua área de interesse, da sua potencialidade individual levando a ser uma potencialidade coletiva, como aquele indivíduo poderá ajudar ou facilitar no processo. Um decisor poderá se tornar um facilitador em outro contexto por meio da formação de gestores.

A roda de conversa possibilita aos atores que se informem e se comuniquem durante o processo por meio de um sistema de informação e comunicação disponíveis. É um aprendizado no sentido amplo da palavra; é trazido a tona o ciclo contínuo da teoria para a prática.

De acordo com Roy (1996), “Um indivíduo ou um grupo de indivíduos são atores que participam diretamente ou indiretamente do processo decisório por meio de seu sistema de valores, os quais influenciam diretamente ou indiretamente na decisão”. O sistema sustenta em profundidade e de forma mais implícita que explica os julgamentos de valor de um indivíduo ou de um grupo. Os sistemas de valores condicionam o emergir das preocupações, bem como a formação dos objetivos e normas que são freqüentemente propostos para justificar ou simplesmente hierarquizar esses julgamentos de valor”.

3.4 Passos da Metodologia de campo

O caminho da teoria a prática é um desafio muito grande mas ao mesmo tempo muito enriquecedor. A confrontação permanente de idéias, experiências entre os atores locais, digo entidades públicas e privadas presentes é grande e para tanto a seguir seguem importantes passos de praticar e sempre inovar nesta mobilização social por meio da gestão territorial participativa e compartilhada:

Gestora de Ambientes saudáveis: possui funções, papéis importantes, tais como: fornecer suporte técnico-científico e humano às comunidades, buscando subsídios e facilitadores para os diversos projetos e programas junto a outras entidades públicas e privadas que trabalham em áreas afins. Planejar de forma participativa compreende a união da estrutura da organização coordenadora composta por sistemas anteriormente comentados e a demanda do fluxo de informações necessário para o desenvolvimento das ações que atendam às diferentes necessidades socioeconômicas e ambientais das comunidades. Importante é perceber, analisar qual a forma de se construir uma organização aberta e descentralizada. O papel principal da organização coordenadora com atuação participativa é gerar informação suficiente para a formação de gestores comunitários. As pessoas assumem responsabilidades e, com o passar do tempo, da geração do conhecimento, da formação de gestores, o próprio processo de construção cria sua identidade, forma protagonistas locais, aproxima e legitima o processo, por meio da valorização do ser humano, como indivíduo pertencente a uma sociedade organizada e cidadã e co-responsável quanto a sustentabilidade do espaço social e territorial.

Participação: A integração entre os atores do processo, decisores e facilitadores tem por meta promover a interação lateral e horizontal sobre a vertical. Cada ator ou sistemas de atores participa com suas potencialidades, habilidades, aptidões, talentos.

Foco do problema e de alternativas de soluções: Reside na busca das necessidades, anseios, a partir das comunidades, buscando construir o processo pela visão construtivista dos atores do processo. O Cadastro Técnico Multifinalitário e a roda de conversa com a formação dos grupos focais, bem como a Pirâmide de Maslow, fornecerão subsídios para a identificação dos problemas, como sua hierarquização e busca de alternativas de soluções promovendo, desta forma a sustentabilidade do espaço social e territorial na área de abrangência da comunidade.

Planejamento participativo: o planejamento e as ações integradas em apoio ao desenvolvimento com base na interdisciplinaridade e interinstitucionalidade em consonância e interdependência política e administrativa, visando ao aumento da qualidade e padrão de vida da população nas comunidades e a sustentabilidade do meio social e territorial pela busca continuada de informações que propiciem o auto-conhecimento pessoal e coletivo. Comunidades são aqui entendidas como: instâncias de ensino, escolas públicas e privadas, universidades, entidades públicas e privadas, empresas. Todo espaço possível multiplicador do conhecimento e alheio a politicagens.

O espaço público na comunidade pode trazer um novo sentido de mobilização social, de inovação, da criatividade e da busca de ajudar, de mobilizar socialmente a comunidade na busca da interação e integração de atores internos e externos na promoção do bem-estar da comunidade. Este espaço pode ser na escola, na empresa, enfim onde houver o maior número de atores envolvidos e comprometidos a multiplicar o conhecimento.

Área de atuação e abrangência do projeto: A área de atuação começa no interior da comunidade, pode ser a escola, entidades públicas e privadas, empresas, e desta para a comunidade. O espaço comunidade é a catalisadora das ações e interlocutora com a organização coordenadora e neste espaço serão iniciadas ações de planejamento. A formação de atores decisores e facilitadores.

Público-alvo: São trabalhados grupos de acordo com a faixa etária, áreas de interesse / *clusters* de trabalho, com no máximo 20/25 participantes. A metodologia da roda de conversa, dos grupos focais em conjunto com a metodologia do Cadastro Técnico Multifinalitário, resgata as potencialidades do espaço social e territorial da comunidade em questão. Para fins de identificação do público, consideram-se inicialmente a área de abrangência, a faixa etária, a escolaridade, como também projetos, programas já em desenvolvimento na comunidade e por seus facilitadores. Inicialmente potencializa-se o que já se têm à disposição para não sobrecarregar a construção de novos processos na comunidade. Alguns modelos de questionários desenvolvidos encontram-se em anexo.

Processos / Áreas de trabalho: A construção dos diversos processos de aprendizagem inclui áreas de trabalho necessárias à sustentabilidade do espaço social e territorial. Estas áreas são formadas

por um sistema de atores com suas potencialidades humanas, técnicas e científicas analisadas por meio do CTM ou das rodas de conversa. Todos os atores podem e devem participar para não se perder nenhuma potencialidade humana na construção dos diversos processos.

Formação de Gestores: A troca de informações técnicas, científicas e humanas na construção dos diversos processos é rica e abre portas para o aprendizado constante, busca de alternativas e promoção e formação de gestores em áreas de trabalho de interesse pessoal de cada integrante.

Deve-se considerar todos os sujeitos do processo, as pessoas, os decisores e facilitadores, os parceiros cadastrados por meio do formulário de cadastro socioeconômico e ambiental. Este cadastro fornece dados necessários e atualizados da identidade de todos os participantes e principalmente suas funções, necessidades, responsabilidades e potencialidades para que se possa, por meio deste banco de dados multissetorial da comunidade planejar ações que minimizem os problemas e as necessidades e gerem resultados de sustentabilidade e co-gestão e responsabilidades na comunidade.

As vantagens múltiplas do sistema aberto vão desde a inovação do sistema de informação e de conhecimento, oportunizando desta forma inovar a partir de uma realidade conhecida, até o reconhecimento desse sistema como uma mudança plausível e justificável.

A abertura ao conhecimento da realidade da comunidade e proposta de ações na busca de alternativas de soluções se inicia na identificação da estrutura física e humana existente para alicerçar o esperado desenvolvimento, com a co-gestão entre os atores do processo resultando em inovação, num poder descentralizado. Com isto, pode-se buscar facilitadores que ajudem, cooperem por meio de sua experiência técnico-científica e humana todo o processo de aprendizagem, compreensão e ensinamento e mostrem alternativas de soluções reais.

No processo de Gestão Territorial deve-se propor: identificar formas de planejar e desenvolver as diversas ações; buscar formas de torná-las reais e acessíveis aos diversos atores; esclarecer as regras; as formas de atuar, responsabilidades dos diversos grupos, e fornecer subsídios para formar grupos que possam atuar participativamente.

Com a opção pelo desenvolvimento com planejamento, tendo o conhecimento das atividades, dos projetos, dos líderes envolvidos, do espaço organizado e identificado, como também as formas já discutidas de como intervir informando e comunicando a comunidade, constroem-se ações legítimas com a participação ativa dos sujeitos da ação, dentro de normas, regras e responsabilidades da Comunidade. Dessa forma, oportuniza-se a Construção da Cidadania nos níveis socioeconômicos e ambientais, dando condições ao sujeito de reescrever a sua história, de reconstruir sua identidade e ministrar em conjunto a gestão do espaço resultado do conhecimento e desenvolvimento local.

4 Resultados

A interação de diferentes atores de áreas de excelência na gestão participativa da comunidade fez com que as construções de diversos processos interagissem informações, dados, experiências de projetos e programas. Toda as propostas de ação eram sempre desenvolvida, discutidas com a comunidade. A valoração do Ser Humano e do seu espaço foi sempre premissa e isto significa analisar, cadastrar, discutir como grupo de atores as potencialidades do espaço social e territorial e enxergar formas de agir e buscar soluções.

A construção dos diversos processos se desenvolveu na roda de conversa, forma continuada de confrontar idéias, opiniões. O cadastro técnico multifinalitário trouxe subsídios para estes grupos, principalmente para os facilitadores por meio do conhecimento da realidade local e de dados fornecidos por outros facilitadores (entidades públicas e privadas) que realizam ações nessa localidade.

Por fim o planejamento e a atuação participativa estarão gerando multiplicadores, tornando os membros da população sujeitos do processo de transformação social que sua realidade imediata demanda, atendendo às necessidades e expectativas da população.

5 Conclusão

O modelo indica mostra a importância de potencializar, descobrir e encorajar o conhecimento das pessoas e procurar uma estrutura física da comunidade onde se pudesse desenvolver as atividades.

A gestão Territorial Participativa, a participação dos indivíduos, dos cidadãos da comunidade enriqueceu a construção da história e identidade, imagem da comunidade por meio da valoração do ser humano, que lá vive, mora e trabalha.

A construção de novos atributos culturais, a real transformação social deve começar pela participação e valorização do indivíduo da comunidade, suas experiências humanas, técnicas e científicas. A construção e composição desse sistema de atores devem alicerçar esses indivíduos de novos conhecimentos, linguagens de alcance comunitário para a sustentabilidade dos processos em construção.

6 Referências

Arns, J.F. *"Gestão Territorial Participativa"*, tese no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2003.

Bana e Costa, Carlos A, *Três convicções fundamentais na prática do apoio à decisão: metodologia Multicritério de Apoio à Decisão*, Florianópolis: UFSC, 1995.

Brasil, *"Constituição: República Federativa do Brasil"*, Brasília. Câmara dos Deputados, 1988.

Demo, P. *"Campus Avançado: comentários a partir da ótica social e cultural"*. Educação brasileira, jan/jun/1982.

Debus, M. Manual para excelência em la investigation mediante Grupos Focales, s.i. Peter Novali, 1988

Demo, P. *"Participação é conquista. Noções da política social participativa"*, São Paulo, 1993".

Estatuto da Cidade, guia para implementação pelos municípios e cidadãos, Brasília, 1982

Ferraz, E.A Sexualidade na Adolescência, BENFAM, Rio de Janeiro, 1993.

Hilhorst, H. *"Planejamento Regional, enfoque sobre sistemas"*, Rio de Janeiro, 1981.

Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. *"Agenda 21 Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento"*, São Paulo, 1997.

Keeney, R.L. *Value-Focused Thinking: a Path to creative Decision Making*, London, Harvard University Press, 1992.